



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL À LUZ DOS DADOS SOBRE TRANSFEMINICÍDIO E LESBOCÍDIO

BRUNA ANDRADE IRINEU ¹
LEANA OLIVEIRA FREITAS ¹
JÚLIA SPIGOLON ¹

Resumo: Este trabalho resulta de pesquisa financiada CNPq e reflete como a pandemia da Covid-19 acentuou desigualdades estruturais do Brasil, aprofundando diferenças socioeconômicas expressas, entre outras, nos indicadores de saúde que cindem a população brasileira diante das possibilidades de acesso aos serviços médico-sanitários de qualidade. As medidas de distanciamento e isolamento social, promovidas com a intenção de barrar a propagação do vírus, fez emergir na cena pública o debate em torno das políticas de atenção à população LGBTI+ anunciando o acirramento dos contrastes e injustiças, sobretudo quando atravessadas por outros marcadores sociais como raça, etnia, gênero, orientação sexual e classe social.

Palavras-chave: Covid-19; Lesbocídio; Transfeminicídio;

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Mato Grosso

Abstract: This work is the result of research funded by CNPq and reflects how the Covid-19 pandemic accentuated structural inequalities in Brazil, deepening socioeconomic differences expressed, among others, in the health indicators that divide the Brazilian population in the face of the possibilities of access to medical services. quality toilets. The social distancing and isolation measures, promoted with the intention of stopping the spread of the virus, gave rise to the debate on the public scene around the policies of attention to the LGBTI+ population, announcing the intensification of contrasts and injustices, especially when crossed by other social markers. such as race, ethnicity, gender, sexual orientation and social class.

Keywords: Covid-19; Lesbocide; Transfemicide;

I. INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 acentuou e revelou desigualdades estruturais do Brasil, aprofundando diferenças socioeconômicas expressas, entre outras, nos indicadores de saúde que cindem a população brasileira entre ricos e pobres demarcando, inclusive, possibilidades de acesso aos serviços médico-sanitários de qualidade. Diferenças que, independentemente da localização espacial, evidenciam o modo como os determinantes sociais incidem sobre os processos de saúde e doença da população. As medidas de distanciamento e isolamento social, promovidas com a intenção de barrar a propagação do vírus, fez emergir na cena pública o debate em torno das políticas de atenção à população LGBTI+ em tempos de pandemia. Estruturas desiguais foram expostas, evidenciando as especificidades da disseminação do vírus e seus efeitos, o acirramento dos contrastes e

injustiças, sobretudo quando atravessadas por outros marcadores sociais como raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual e classe social.

As pessoas com identidade de gênero e orientação sexual consideradas dissidentes à norma cis-heteronormativa estão submetidas às condições adversas que antecedem a pandemia, mas que foram por ela agravadas, em face da ausência ou fragilidades de medidas públicas a elas destinadas, especialmente no campo da saúde, mas não apenas. A invisibilidade das demandas e necessidades sociais e de saúde das pessoas LGBTI+ vêm sendo historicamente reiteradas, negando seus direitos sociais e de cidadania.

O isolamento social, como uma das principais medidas de enfrentamento à Covid-19, impôs à população o recolhimento e a permanência no espaço residencial. Esse imperativo, no entanto, desconsiderou certas especificidades que assumem as diferentes composições e recortes populacionais; afinal o espaço da casa, via de regra, é desfavorável às mulheres porque é marcado *“pelas assimetrias de poder do trabalho doméstico [...], pelo endividamento de aluguel e de financiamento, pela propriedade imobiliária e fundiária, pela parentalidade patriarcal e (frequentemente) pela instituição do casamento”* (LEWYS, 2020, p. 2), além de constituir-se, muitas vezes, em local de produção e reprodução de violência familiar.

O aumento nos índices de transfeminicídio e lesbocídio, durante esse período, corrobora com as ressalvas apresentadas. É importante reforçar, igualmente, que abordar a questão da violência e morte de mulheres, especificamente mulheres trans/travestis e lésbicas torna-se imprescindível, considerando a sociedade patriarcal, machista, LGBTfóbica envolvente, que não aceita pessoas com orientação sexual e/ou identidade de gênero dissidentes e transgressoras.

O transfeminicídio é uma denominação estabelecida para descrever o assassinato de travestis e mulheres transexuais por razão de gênero, cuja motivação é especificamente o desprezo ao trânsito que essas pessoas realizam desde o que socialmente é entendido como masculino (gênero que lhes foi atribuído ao nascer) em direção ao que socialmente é entendido como feminino. O lesbocídio, por sua vez, relaciona-se ao menosprezo e à não valorização da vida de lésbicas, baseado nas especificidades da condição de ser lésbica e das hierarquias de gênero, ou seja, das relações assimétricas de poder entre homens e mulheres na sociedade. Enquanto o [feminicídio](#) é caracterizado, em sua maioria, por casos

de [violência doméstica](#), 83% dos casos de lesbocídio são externos ao âmbito familiar, cometidos por homens com algum tipo de aversão a mulheres lésbicas. Lesbocídios diferem, também, dos casos de homofobia, ainda que os dois tenham por motivação o preconceito contra pessoas não-heterossexuais, ou não-adequadas às normas da chamada heteronormatividade.

Isso posto, cabe-nos agora demarcar o objetivo desse texto que é apresentar e problematizar informações sobre violências cometidas contra as mulheres lésbicas, transexuais e travestis no Brasil, durante a pandemia de Covid-19. Tema extremamente necessário de ser debatido e enfrentado pela sociedade em geral, levando em conta não apenas a condição atípica do mundo pandêmico e o atual momento de recrudescimento do conservadorismo (IRINEU, 2019). Mas, sua constância, permanência social, e institucionalização recente, levada a efeito pelo atual governo, que, cotidianamente, expressa seu ódio às pessoas LGBTI+, às mulheres, à população negra, pobre e periférica, com ações e medidas regressivas de direitos conquistados e consagrados na Constituição Federal de 1988, em especial aqueles que postulam a obrigatoriedade do Estado na formulação, implementação e execução de políticas públicas que atendam ao conjunto da sociedade, levando em conta as especificidades dos grupos que a compõem.

Os dados aqui apresentados e analisados derivam de pesquisa documental e de monitoramento de notícias e informações produzidas durante a pandemia, estando esse texto organizado, além desta introdução, em três partes: a primeira introdutória, em que se define os termos centrais do debate, no sentido de uma maior precisão conceitual, os dados propriamente ditos e suas análises correspondentes, na sua segunda parte, e as conclusões, nas quais se retomam aspectos fundamentais da discussão empreendida.

II. A POPULAÇÃO LGBTI+ NO CENÁRIO PANDÊMICO NACIONAL

No final de 2019 e o início do ano de 2020, o planeta foi surpreendido pela irrupção do coronavírus SARS-CoV-2, causador de infecção respiratória grave, que, por sua letalidade, alcance, difusão e contágio incontrolláveis, desconhecimento sobre sua evolução,

pelo volume de recursos a ser utilizado no seu enfrentamento, seus impactos e incertezas sobre o futuro da humanidade, levou a Organização Mundial de Saúde - OMS – decretá-la como pandemia da Covid-19, nome convencional e oficialmente adotado para a enfermidade decorrente do coronavírus SARS-CoV-2. O vírus rapidamente se expandiu pelo mundo, com consequências profundas na saúde pública e implicações agudas nas economias, nos mercados de trabalho e na sociabilidade em geral.

O mundo, a partir de então, começa a vivenciar alterações no seu modo de vida, que foi quase que totalmente reconfigurado. A dinâmica urbana transfigurada, espaços públicos esvaziados, escolas e universidades fechadas, comércio cerrando suas portas e de uma hora para outra um contingente enorme de pessoas sem trabalho e sem renda. As medidas de contenção total ou parcial, realizadas por vários países para moderar e adiar a disseminação da doença, abrangeram quase 2,7 bilhões de trabalhadores, representando cerca de 81% da força de trabalho mundial (OIT, 2020). No Brasil, a taxa de desemprego que, em janeiro de 2020, oscilava entre 10-11% da população economicamente ativa, atinge, no mês de setembro do mesmo ano, um contingente de desempregados que somava 14 milhões de pessoas e a taxa alcançando 14,4% (IBGE/ [Pnad Covid19](#)).

De imediato, o que enfrentamento deste fenômeno sanitário de dimensão global colocou em relevo foi a necessidade dos governos - fossem eles periféricos ou centrais- de realizar escolhas administrativas, colocando-os frente a frente ao clássico dilema: mais Estado ou mais mercado. As falhas ou alcances dos sistemas de saúde nacionais foram expostos e parecia não haver qualquer alternativa viável de enfrentamento que não passasse pela mão visível do Estado. Países cujo padrão de proteção social possuía uma natureza menos residual, derivadas de um modelo, já em declínio, de políticas de intervenção social e econômica não tardaram a tomar medidas que atenuassem as situações de empobrecimento de sua população. Enquanto isso, realizavam fortes investimentos em pesquisas em busca de uma vacina eficaz que pudesse conter a Covid 19 o mais rápido possível, de modo que suas consequências, sobretudo para a economia e para as condições de vida da população, fossem suavizadas em um lapso temporal menor.

Enquanto isso, no Brasil, o chefe do executivo não se intimidava em manifestar-se contrário à ciência, subestimando a profundidade da situação, menosprezando a gravidade da Covid-19 e da pandemia. Se no início era a negação de sua graveza e magnitude, com o

avanço da pandemia passou a criticar o isolamento social e o uso de máscaras, enaltecendo a cloroquina e a hidroxicloroquina, substâncias sem eficácia comprovada contra a doença. Sem contar ataques constantes à vacina, especialmente à CoronaVac, desenvolvida pela farmacêutica Sinovac, da China, em parceria com o Instituto Butantã, vinculado ao governo do Estado de São Paulo. Com a pandemia já estabelecida, com mortes registradas por todo o país, Bolsonaro volta seu combate aos decretos de isolamento social expedidos por estados e municípios. Seu pronunciamento à nação no dia 24 de março de 2020 causou indignação e perplexidade ao pedir a reabertura das cidades e contestando governadores e prefeitos que adotaram medidas para evitar que as pessoas circulassem pelas ruas.

De modo geral, as medidas tomadas especialmente em relação à proteção do emprego só atenderam ao setor empresarial, reduzindo as já escassas prerrogativas dos trabalhadores, das regras que regulam a duração e a execução da jornada de trabalho, da concessão de férias, da organização de turnos de revezamento e da vigência dos acordos e convenções coletivas, tolhendo a então frágil representação sindical na defesa dos trabalhadores. Não se preocupou com a garantia dos empregos e na manutenção da renda dos trabalhadores, formais ou informais. Com isso, o governo seguiu na contramão das medidas que foram adotadas por inúmeros países e recomendadas pelos organismos internacionais.

A pandemia expôs sua dimensão fenomênica que, mistificada por suas formas aparentes, oculta os determinantes de suas marcas históricas - desigualdades e pobreza -, produzidas pelo modo de produção capitalista que foram, obviamente, afetadas e exacerbadas pela crise sanitária global. Concorde-se aqui com um conjunto de autores e autoras que se afiniza com os argumentos apresentados por Gouvea (2020) para quem, mesmo que se admita que a dimensão destrutiva da crise, que já estava em andamento, se alterou qualitativamente com a ocorrência da pandemia (que pode ter caráter transicional para a reconfiguração capitalista), não se pode esquecer que a própria COVID-19 não é um “agente externo” e que não existiria e/ou não teria as mesmas consequências fora do sistema capitalista, pois a reprodução da vida no capitalismo está sobredeterminada pela mercantilização.

A taxa de letalidade do vírus não seria a mesma “se houvessem sistemas públicos de saúde em condições de contingenciá-lo, sistemas públicos de pesquisa em condições de estudá-lo, sistemas públicos de produção em condições de organizar o acesso aos insumos

necessários” (GOUVEA, 2020, p.21). O modo de produção capitalista, continua a autora, pela sua própria forma e natureza, impede que, no controle da doença, a vida seja priorizada, revelando, portanto, dimensões éticas da crise, confrontando valores deste momento histórico, sempre condicionados ao valor de troca como finalidade teleológica sobredeterminante.

Para Bretas (2020), o agravamento das atuais condições de vida impostas pela pandemia, especialmente no Brasil, são evidências dos efeitos de décadas de implementação do projeto neoliberal. As conquistas da Constituição Federal de 1988 e a proteção social que se estabeleceu ao longo dos anos 1990 e 2000, sob hegemonia neoliberal, não foram suficientes para romper com a lógica da ajuda e consolidar as políticas sociais. Quando o governo federal apresenta como única alternativa de sobrevivência a venda da força de trabalho, seu discurso é facilmente incorporado pelos setores populares, legitimando o sentimento de que os cuidados com a saúde devem ser subestimados em face das necessidades mais prementes de moradia e alimentação.

No caso dos países latino-americanos, a proteção social sempre oscilou de acordo com as estratégias econômicas adotadas, ora mais liberais, ora mais desenvolvimentistas, reiterando o dilema ético-econômico entre políticas sociais universais e políticas sociais focalizadas, em que estas vêm prevalecendo em decorrência do enxugamento do Estado por meio de inúmeras contrarreformas, as quais impuseram, como consequência, a perda de direitos sociais tão duramente conquistados. No Brasil, a trajetória da Proteção Social, consignada na Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, que instituiu a Seguridade Social, como direito do cidadão e dever do Estado, desde sempre, foi marcada por ataques e retrocessos contínuos. Desde a instituição do SUS, nos anos de 1990, e, posteriormente, o SUAS, nos anos 2000, as conquistas desses sistemas passaram a ser explicitamente ameaçadas e atacadas em direção à destruição total de direitos.

Na verdade, a pandemia só expõe e agrava as desigualdades que estruturam a formação social brasileira, e o contexto atual é resultado das ofensivas ultraliberais em curso no país, especialmente, após a crise de 2008, cujas respostas são circunscritas ao ajuste fiscal, expresso com a aprovação de Emenda Constitucional nº. 95/2016 e da Contrarreforma Trabalhista de 2017, da Previdência Social de 2019, associadas a um conjunto de medidas regressivas, levadas a efeito nos últimos anos. Essas contra-reformas

acentuam os níveis de pobreza, desemprego e a precarização do trabalho, sem contar o modo irresponsável, negacionista, ultrajante e genocida com que esse governo lidou com a pandemia, contrariando todas as recomendações sanitárias e conhecidas mundialmente, como as recomendadas pela OMS, por exemplo, (FREITAS, 2020).

A pandemia tem raça, cor, etnia, gênero e classe social e qualquer fenômeno que opere diretamente contra a economia terá um impacto diferente na vida de mulheres, idosos/as, quilombolas, população negra, indígenas e população LGBTI+, já que historicamente esses grupos são marginalizados, quando não são o alvo principal de ataques violentos, ameaçando sua existência e ignorados pelo poder público.

Para Santana e Melo (2021), ao se debater sobre a prevenção e o enfrentamento à pandemia da Covid-19 por grupos sociais diversos é preciso ter em conta diferenças significativas entre eles, especialmente quando se realiza uma abordagem a partir das categorias de classe social, raça e gênero. No que se refere à pessoas LGBTI+, a LGBTIfobia, como sistema de opressão que resulta de processos sociais de diferenciação, classificação e hierarquização, produzindo desvantagens sociais às pessoas afetadas, incide, também, de forma negativa, na capacidade de resposta desse grupo que, somada às estruturas locais de poder, potencializam as desigualdades vivenciadas por esses indivíduos.

No âmbito das medidas implementadas no enfrentamento à pandemia da Covid-19, o isolamento social foi desencadeador de situações de risco àquela parcela da população LGBTI+ que, sem condições de garantir o próprio sustento, viram-se obrigadas a regressar à casa de familiares. Permanecer em casa, tornou-se, portanto, um desafio para mulheres e LGBTI+, especialmente travestis e transexuais e outras identidades que sofrem violências intrafamiliares, obrigando-as a conviver com seus agressores por um período mais prolongado. Prova disso é o aumento no número de feminicídio e transfeminicídio em vários estados brasileiros.

De março a dezembro de 2020, 14 estados apontaram aumento no número de feminicídios. Juntos, eles tiveram um aumento de 20% em comparação com o mesmo período de 2019. Mato Grosso e Pernambuco apresentaram a maior elevação em número absolutos: 22 (73%) e 16 (36%) casos a mais, respectivamente, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Outro destaque é o estado do Amazonas, que elevou o

número de feminicídios em 67% neste período (AzMINA-2021). Em relação às pessoas trans, foram pelo menos 175 assassinatos, sendo todas travestis e mulheres transexuais. Não foram encontradas informações de assassinatos de homens trans ou pessoas transmasculinas nas pesquisas realizadas pela ANTRA naquele ano. No entanto, reafirma-se a perspectiva de gênero como um fator determinante para essas mortes (ANTRA, 2020).

É importante destacar que visibilizar a violência e morte de mulheres em geral, e especificamente mulheres trans/travestis e lésbicas é absolutamente necessário, considerando o patriarcado, o machismo estrutural, a misoginia e a LGBTfobia que fundam nossa sociedade, na qual sexualidades e gêneros exógenos ao padrão cisgênero e heterossexual são alvos de diferentes formas de opressão, exclusão e violência.

Visões e atitudes heteropatriarcais e conservadoras sustentam ações violentas contra as mulheres especialmente quando não coadunam com as normas de gênero e sexualidade socialmente estabelecidas. Quando essas mulheres são lésbicas, transexuais e travestis a violência e o descaso se agravam, e por isso a importância de debater, evidenciar e denunciar a situação em que se encontram, sobretudo relacionada ao contexto pandêmico. Tratar da violência contra as mulheres exige a ampliação de seu escopo, articulando-a à sexualidade de modo a não se tornar excludente e desprezar questões graves como o lesbocídio e transfeminicídio.

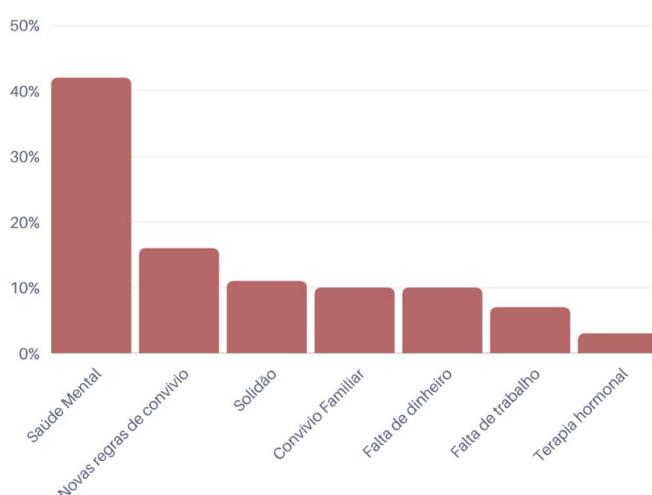
O lesbocídio, elucida Peres et. al. (2018, p. 19), é “a morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica”. Essa violência letal é considerada crime de ódio e, em sua maioria, realizada por puro preconceito. O transfeminicídio, envolve não somente a violência de gênero, mas a questão identitária de gênero, que no caso da população transexual/travesti/transgênero, é uma identidade que diverge ao que socialmente é aceito, sendo muitas vezes submetida a diversos tipos de preconceitos e discriminações. Como aponta Jesus (2012, p. 7), “a transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa”. Porém, ainda assim pessoas trans são marginalizadas e estereotipadas cotidianamente por serem consideradas “anormais”, já que se identificam com outros gêneros diferentes ao que é designado no seu nascimento. O transfeminicídio é caracterizado a partir da ação de assassinar mulheres transexuais e travestis simplesmente por elas serem quem são, por sua identidade e expressão de gênero. A transfobia, por sua vez, segundo Podestá (2019, p. 363), “é um conceito em ascensão para designar e analisar

as múltiplas violências contra pessoas trans – pessoas que vivem a transgeneridade”. Dito isso, cabe-nos, nesse momento, apresentar dados sobre violências sofridas por mulheres transexuais, travestis e lésbicas durante os anos mais graves da pandemia (2020-2021).

III. VIOLÊNCIA NA PANDEMIA: ANALISANDO INDICADORES DE TRANSFEMINICÍDIO E LESBOCÍDIO

De partida, ressaltamos os impactos e desafios no cotidiano das pessoas LGBTI+ durante a pandemia. De acordo com diagnóstico do Coletivo #VoteLGBT, entre 28 de abril a 15 de maio de 2020, houve piora na saúde mental em 42,72% dos mais de 10 mil entrevistados de todo o país como o principal impacto da pandemia para a população LGBTI+. Uma parcela ainda maior, 54%, afirmou que precisa de apoio psicológico. As novas regras do convívio social, a solidão e o convívio familiar foram mencionados por 39,23% Dos participantes, 17,62% citaram as dificuldades econômicas como os maiores impactos, por falta de trabalho ou de dinheiro.

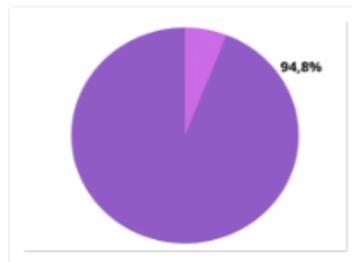
Gráfico 1 – Impactos da pandemia para a população LGBTI+ no Brasil (abril a maio 2020)



Fonte: Pesquisa LGBT+ na pandemia, #VOTELGBT. Elaboração Própria.

Quando se detalha informações sobre a violência cometida contra as mulheres, especialmente, transexuais, travestis e lésbicas, observa-se expressivo aumento de variadas formas de violências sofridas por essa parcela da população.

Gráfico 2 – Porcentagem da população trans que afirma ter sofrido algum tipo de violência motivada pela discriminação por identidade de gênero na pandemia



Fonte: ANTRA, 2020

Ao se analisar a violência letal contra as mulheres trans e travestis, identifica-se números absurdamente altos, sobretudo quando se constata que em 2008, ano em que se inicia a pesquisa sobre esses assassinatos pela ANTRA, foram registradas 58 ocorrências. A média de assassinatos dessa população de 2008 a 2021 é de 123,8 assassinatos/ano.

ANO	NÚMERO
2020	175 assassinatos
2021	140 assassinatos

Quadro 1– Número de assassinatos de mulheres transexuais/travestis

Fonte: ANTRA: Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020 e 2021.

A ANTRA (2021) pondera, no entanto, que ainda que as oscilações métricas revelem uma aparente diminuição dos números mapeados pela pesquisa no ano de 2021, isso não se reflete exatamente em uma queda na violência ou no número dos assassinatos contra pessoas trans em geral, visto que em 2021 o Brasil seguiu sem qualquer ação do Estado para enfrentar a violência transfóbica. Esse número está acima da média geral, considerando os números totais ano a ano; e a aparente queda de 20% em 2021 está bem abaixo do aumento observado em 2020, que foi de 42%, mais que o dobro.

Segundo o próprio Dossiê (2020 e 2021), quando se realiza o cruzamento de diferentes marcadores sociais que compõem a vida da população trans como, por exemplo, expressão e identidade de gênero, orientação sexual, classe, constata-se que quanto mais distante do padrão masculino-cis-hétero-branco, mais estará suscetível e exposta ao ciclo de exclusão/violência e conseqüentemente, ao assassinato, sob diversas formas e intensidades. Em 2020, no universo pesquisado identificou-se que 78% eram travestis/mulheres trans negras – pretas e pardas e os índices médios de 2008- 2021 mantêm-se em uma faixa de 80% desde o início do levantamento.

Em relação a idade das pessoas trans assassinadas, o Dossiê (2021) compilou informações de 2017 a 2021, estratificando por faixa etárias.

Quadro 2 – Perfil das vítimas por idade (%) 2017-2021

Ano	Faixa Etária					
	Até 17 anos	18 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69
2017	6,3	61	22	8	2,7	0
2018	4,7	55,8	29	10,5	0	0
2019	5,2	54,5	22	13	4	1,3

2020	6,5	49,5	28,5	7,3	8,2	0
2021	5	53	28	10	3	1

Fonte: Elaboração a partir do Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais brasileira (ANTRA, 2022).

Os aspectos etários salientados pelo Dossiê referem-se, inicialmente, ao total de vítimas menores de idade que vem aumentando nos últimos cinco anos, somando 27 casos ou 5,6% das 483 fontes que apresentaram informações sobre a idade das vítimas. Dessas, 26 são pessoas transfemininas e 1 pessoa transmasculina. Trata-se de uma triste constatação de que a juventude trans vem sendo assassinada cada vez mais cedo. Outra marca que chama atenção é que o número de vítimas entre a idade mínima de cada ano e 35 anos, considerada a expectativa média da população trans. Em 2017, 86% das vítimas tinham entre 16 e 35 anos. Já em 2018, foram 85% entre 17 e 35 anos, e 2019 registrou 74% das vítimas entre 15 e 35 anos. Em 2020, 73% dos casos entre 15 e 35 anos, e 2021 com 81% entre 13 e 35 anos. A média entre os cinco anos ficou estabelecida em 80% de pessoas de até 35 anos assassinadas ao ano, entre 2017 e 2021.

Quando se trata de lesbocídio, a realidade se turva ainda mais, considerando a ausência ou subnotificação deste tipo de assassinato. Os últimos dados públicos sobre lesbocídio datam de 2018, resultados de uma intensa pesquisa realizada por pesquisadoras da UFRJ. Outras fontes institucionais para análise de dados de violência como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Atlas da Violência não apresentam o recorte lésbico na publicização de seus dados.

No período da pandemia informações sobre o fenômeno não foram detalhadas, sequer abordadas, tendo sido, no máximo, consideradas no conjunto dos dados sobre a população LGBTI+. De acordo com o Atlas da Violência 2020, foram notificados 9.223 casos de violência contra LGBTQIA+.

O lesbocídio, diferentemente do feminicídio, não ocorre comumente no âmbito doméstico, vinculando-se a tentativas de extermínio de lésbicas. Ainda que ambos —

femicídio e lesbocídio — sejam motivados por misoginia, o lesbocídio tem como particularidade a característica do ódio a um determinado tipo de mulher que se pretende extinguir, estando diretamente relacionado à desvalorização da vida de lésbicas, por parte da sociedade, e ao fato de sua insubmissão ao padrão heteronormativo que pressupõe a dominação masculina, sobretudo, das mulheres heterossexuais.

Dados do Dossiê Sobre Lesbocídio, do Núcleo de Inclusão Social da UFRJ, publicado pela última vez em 2018, revelam que 55% dos casos acontecem com mulheres em não-feminilizadas, ou seja, mulheres que não aparentam o ideal de feminilidade imposto pela sociedade e 83% são mortas por homens.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O crescimento de casos de assassinatos da população LGBTI+ registrados no Brasil, especialmente no contexto pandêmico, revela a face hostil desse país que vem, especialmente nesse governo, prescindindo de sua função legal de garantir proteção aos diferentes ataques motivados por razões de raça, cor, etnia gênero orientação sexual e/ou pela identidade de gênero das pessoas LGBTI+.

Essa situação impõe à sociedade a tarefa urgente de pensar estratégias de fortalecimento das instituições e de movimentos sociais que atuam na luta pela defesa dos direitos desses grupos historicamente invisíveis e excluídos do circuito da cidadania.

A ausência de levantamento de dados oficiais – a ser realizado pelo governo Federal – sobre transfemicídio e lesbocídio e a divulgação sobre estes crimes nas mídias tradicionais colaboram para a manutenção da desinformação, descaso e negligência que, por sua vez, perpetuam opressões e invisibilizações sofridas por pessoas trans e lésbicas.

As mortes de pessoas trans e lésbicas, em particular, e de LGBTI+, em geral, poderiam ser evitadas se a sociedade brasileira dispusesse de mecanismos eficazes de combate a diferentes preconceitos no país. Estudos revelam que a impunidade concorre para ampliação dos crimes de ódio. Revelam, ademais, que a exacerbação de preconceitos, somada a uma multiplicidade de opressões afetam não apenas o modo de existência desse

grupo, suas qualidades e potências, mas colocam em risco e fragilizam sua segurança e sua própria sobrevivência. Os índices crescentes de empobrecimento, desemprego, o descontrole da inflação, a instabilidade econômica e política porque passa o Brasil atualmente, tornam mais difícil a luta contra a violência e as violações de direitos humanos, à medida que sofrem interferências de variáveis socioeconômicas.

Deste modo, evidencia-se a importância e urgência de construção de políticas públicas, que em seus limites fundamentais, sejam direcionadas para atender as demandas e necessidades específicas das mulheres e da população LGBTI+, que sejam capazes de promover a redistribuição socioeconômica e o reconhecimento das diferenças (IRINEU, 2019).

REFERÊNCIAS

ANTRA. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

ANTRA. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BRETAS, Tatiana. [Defender a vida é preciso, a economia não](#). In: Em tempos de pandemia : propostas para defesa da vida e de direitos sociais / [organizadores] Elaine Moreira, Rachel Gouveia ... [et al.]. – Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. 155 p.

COLETIVO #VoteLGBT. Diagnóstico LGBT+ na pandemia/2020. Disponível em: [\[vote lgbt + box1824\] diagnóstico LGBT+ na pandemia_completo \(squarespace.com\)](#)

FREITAS, L. O. Política de Assistência Social e seu papel na pandemia. In: Atentos/as e fortes na quarentena: resistências em defesa dos direitos humanos, das políticas sociais e

das liberdades democráticas em tempos de pandemia da covid-19 / organizadores: Rosimeire dos Santos, Vanda Micheli Burginski, Alana Barbosa Rodrigues, Francisca Benigno de Lima. – Palmas: EDUFT, 2021. 81 p.

GOUVEIA, Marina. [A culpa da crise não é do vírus](#). In: Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais / [organizadores] Elaine Moreira, Rachel Gouveia ... [et al.]. – Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. 155 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE -

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=destaques>

IRINEU et. al. Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes. Editora Devires. Salvador, Bahia. 1ª edição, 2020. 283p.

IRINEU, Bruna Andrade. Nas tramas da política pública LGBT: um estudo crítico da experiência brasileira (2003-2015). Cuiabá: EdUFMT, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos [Online]. Brasília: abril, 2012a. Disponível em:

http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989.

LEWYS, Sophie. A crise do coronavírus mostra que chegou a hora de abolir a família. Blog da Boitempo, 2020.

PERES, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PODESTÁ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. Periódicus, Salvador, n.11, v. 1, mai-out.2019 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades, p. 363-380.

SANTANA, Alef Diogo da Silva e MELO, Lucas Pereria. Pandemia de covid-19 e população LGBTI+: (In)visibilidades dos impactos sociais. Sexualidad, Salud y Sociedad REVISTA LATINOAMERICANA / n. 37 / 2021 – e 21202 / www.sexualidadsaludysociedad.org

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO –OIT. OIT revisa para baixo previsão de recuperação do mercado de trabalho para 2022. Disponível em:

https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias/WCMS_741052/lang--pt/index.htm

https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias/WCMS_834487/lang--pt/index.htm

https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias/WCMS_743197/lang--pt/index.htm

REVISTA AzMina – Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-por-dia/>

SPIGOLON, J. X.; IRINEU, B. A. Transfeminicídio e lesbocídio no contexto da pandemia de covid-19: uma análise a partir do isolamento social na Argentina e no Brasil. Anais X CINABEH. Editora Realize: João Pessoa, 2021.